

Recensions

Antonio F. CABALLOS RUFINO (ed.), *Del Municipio a la Corte. La Renovación de las Elites Romanas*. Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Universidad de Sevilla, 2012, 445 pp. ISBN: 978-84-472-1381-8.

No quadro da investigação que se propôs levar a cabo a equipa ORDO — «Oligarquías Romanas De Occidente» —, foi convocada para a notável cidade de Ronda, a *Arunda* romana, preñe de monumentalidade e património, um congresso internacional, que ali se realizou de 7 a 10 de Outubro de 2010, reunindo não apenas investigadores que integram o referido grupo de investigação mas também outros, convidados, cujos interesses histórico-científicos se enquadram na temática em análise: verificar como, quando e porquê, paulatinamente, elementos das elites provinciais vão ganhando terreno no aparelho político-administrativo romano, arrastando consigo uma atitude que hoje designaríamos de ‘aculturação’, pois que o ‘regional’ foi progressivamente ganhando foros de ‘nacional’ e o ‘nacional’ não desdenhou absorver o que o ‘regional’ lhe proporcionava de benéfico e de inovador.

É, pois, deveras significativo das intenções desta análise, o colofon da obra:

«*Del municipio a la corte. La renovación de las elites romanas* se acabó de imprimir el 18 de septiembre de 2012, aniversario del nacimiento en Itálica de *M. Vlpus M. f. Serg. Traianus*, quien, desde su patria provincial, ascendió al trono en Roma como *Imperator Caesar Nerva Traianus Augustus*, el *Optimus*

Princeps con el que el Imperio Romano llegó al cénit de su poderío, alcanzando a la par su máxima expansión territorial».

Trajano constitui, na verdade, um símbolo desse progredir, fruto de toda uma evolução deveras paradigmática e, ainda hoje, exemplar para muitos quadrantes do Globo, onde o conceito ‘colonização’, na sua acepção mais ignóbil, continua dominante.

Não é, pois, sem uma pontinha de orgulho que Caballos Rufino escreve a apresentação do volume, atendendo, inclusive, à actualidade do tema em apreço e ao entusiasmo com que os diversos investigadores trouxeram a debate o resultado da sua pesquisa, amiúde específica, mas potenciadora de excelente enquadramento no âmbito cronológico preconizado:

«El análisis de sus múltiples expresiones concretas, regional y cronológicamente consideradas, con especial atención a las provincias occidentales y abarcando desde la crisis republicana al final del Imperio, completándose el panorama con proyecciones a otros paisajes históricos que enriquecen el análisis por la vía de la comparación y el contraste» (p. 17).

Assim, Giuseppe Zecchini, da Universidade Católica de Milão, estuda a evolução da elite *popularis* desde os Gracos a César

(p. 19-35), sublinhando dois aspectos de-veras significativos: tanto Sertório como César e Augusto tiveram plena consciência que era através da instrução (Sertório criou uma escola de retórica em Osca, Augusto instituiu uma análoga em *Augustodunum*) que lograriam atingir os seus objectivos de «abertura cultural»; por outro lado, foi com esses *homines novi* — e não os *nobiles*, a «vecchia classe dirigente» (p. 35) — que o Império se vai alicerçar.

Ségolène Demougin, que no CNRS tem centrado a sua investigação na classe equestre, analisa, por seu turno, os processos de promoção social nas ordens superiores (p. 37-57). Pegando no tema dos *homines novi* saídos do período republicano, observa como, estrategicamente, a sua origem — nomeadamente se ligada a notáveis locais — é geralmente ocultada; por outro lado, em relação à classe equestre, aduz novos argumentos para mostrar que, ao contrário do que sucede com a ordem senatorial, a categoria de *eques* não passa hereditariamente de pais para filhos.

Werner Eck, da Universidade de Colónia, acentua o carácter «socialmente vertebrador» do consulado durante o Império (p. 59-76). Se é certo que a concentração de poderes nas mãos do príncipe relegou o consulado para um lugar mais simbólico do que de efectiva actuação político-militar, ser cônsul, ter sido cônsul, pertencer, em suma, à categoria dos *consulares* evidencia um prestígio social não despreciando, que se há-de ter em conta, mormente por o *consul ordinarius* (designação que passou a constar a partir de finais do século II, dada a frequente existência de *consules suffecti*) dar o nome ao ano.

Crime de lesa-majestade praticado pelos decuriões implicava despromoção, perda de direitos políticos e, inclusive, confiscação de bens. Debruçando-se sobre as cláusulas legais conhecidas, de modo especial as determinações exaradas no Digesto, Rosário de Castro-Camero, da Universidade de Sevilha,

dá conta dessa problemática em artigo denso, de densas e extensas notas de rodapé (p. 77-101).

Não poderia supor-se que todo esse mecanismo de mobilidade (digamos assim) político-social estivesse arredado do que Aarón A. Reyes Domínguez, da Universidade de Sevilha, acertadamente classifica de «economia de circuito», que vai influenciar «a renovação dos grupos de influência provinciais na metrópole» (p. 103-118). A dívida pública que hoje atormenta a Europa e o Mundo já em tempos romanos se fizera sentir e, por isso, os *lobbies* oportunamente se fizeram sentir, de tal modo que o autor termina o seu contributo afirmando: «La llegada de Teodósio al poder supone, pues, no el ascenso desde un grupo de poder urbano, sino de nuevo el de la elite de las *villae* que estaba llamada a protagonizar la siguiente etapa de la historia europea» (p. 118). Aliás, acrescentaria eu, não é obviamente por acaso que vemos, no Ocidente, o grande esplendor das *villae* no século IV, fenómeno que já Jean Gagé devidamente assinalara (*Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, 1971, p. 262).

Outro sector da sociedade romana de que nunca nos podemos olvidar é a mulher. Só aparentemente os rumos da política são da exclusiva responsabilidade dos homens: na sombra, a mulher sabe manobrar de forma a obter os melhores resultados, designadamente para os filhos um lugar na ordem equestre ou mesmo na senatorial. Daí, pois, a oportunidade do estudo de Anthony Alvarez Melero (Universidade Livre de Bruxelas), «El papel de las *matronae equestres* en las alianzas matrimoniales del *uterque ordo*» (p. 119-133), observado de modo especial em relação a mulheres «oriundas de las provincias occidentales» «en el período comprendido entre el reinado de Augusto y el de Galieno» (p. 119). Recorde-se que o autor defendeu, em 2012, a tese *Matronae Equestres*, que consubstancia uma enorme pesquisa prosopográfica sobre

750 personalidades do Ocidente romano, tendo precisamente como objectivo saber quem foram e que papel desempenharam na História Romana as *matronae equestres*; uma análise exaustiva, densa, em que são claramente colocadas todas as questões que o assunto levanta.

Um dado relevante a ter em conta nesta investigação é o do estabelecimento, o mais possível correcto, do contexto geográfico em que as personagens em causa exerceram a sua actividade ou a iniciaram. Neste aspecto, a menção da tribo em que foram inscritas assume particular relevo, justamente por ser elemento identificador por excelência. Donato Fasolini, da Università Cattolica del Sacro Cuore (Brescia), chamou a atenção para esse dado e, partindo de objecções feitas já em 1971 por Lawrence Stone, que poderiam, se levadas à letra, minimizar o papel dessa menção na identificação de um magistrado, por exemplo, porque não permitia tirar daí ilações concretas acerca da data de nascimento e morte, da posição económica, do grau de educação, das crenças... contesta-as, uma vez que, se conclusões acerca desses domínios se não podem tirar (o que se me afigura evidente), há aspectos em que a menção da tribo pode trazer importante luz sobre «los enlaces familiares, la constitución de vínculos entre familias que tal vez tienen que ver con otros de carácter político y clientelar», para além do que já atrás se referiu: «la posibilidad de individualizar el lugar de origen o residencia de un personaje ilustre» (p. 146).

Francisco Javier Navarro Santana, da Universidade de Navarra, preferiu um estudo de caso, o dos *Egrilii Plariani*, de Óstia, no sentido de exemplificar a relação entre herança e poder em Roma (p. 147-161). E assim se vê, no concreto dos *cursus honorum* de que dispomos, um «magnífico ejemplo de promoción desde la aristocracia local hasta el orden senatorial».

Também María Díaz de Cerio Erasun, da mesma Universidade de Navarra, enveredou

por caminho idêntico, em relação aos *Iulii* do *conventus Tarraconensis* (p. 163-181). Se, porém, no que concerne aos *Egrilii Plariani*, pela especificidade da sua onomástica, se pode emprestar maior verosimilhança às conclusões tiradas, inclusive por o estudo se ter restringido a uma cidade, no caso escolhido por María Díaz torna-se mais fácil suscitar algumas dúvidas, quer por se estar a abarcar todo um *conventus*, quer por ser *Iulius* um *nomen* de tamanha frequência, que se carece de lançar mão a elementos complementares significativos para se poder garantir que este *Iulius* pertence, de facto, à mesma *gens* daqueloutro. Certo é que — embora o título do artigo sugira uma realidade diferente — María Díaz centra a sua atenção em dois cônsules, *L. Iulius Ursus* e *L. Iulius Ursus Servianus*, que, pela onomástica, são indiscutivelmente da mesma família, proveniente de *Barcino*, e que se integrariam num «destacado grupo de *Iulii* que, partiendo del *conventus Tarraconensis*, supo llegar a los círculos más próximos al emperador» (p. 163). O *stemma* apresentado no final, a documentar, inclusive, o íntimo relacionamento, obtido através de alianças matrimoniais, com a forte *gens Pedania* barcinonense, afigura-se, por isso, pista assaz aceitável de argumentação.

Ao editor do volume, Antonio Caballos Rufino, coube a tarefa de analisar as «fórmulas de promoción al *amplissimus ordo* de las elites béticas» (p. 183-220), um tema de seu agrado e, sobretudo, sobre o qual tem feito, ao longo dos anos, muita e substancial reflexão. Aliás, é precisamente com este artigo que se prende a síntese apresentada no citado colofon, pois que a figura *sui generis* de Trajano e os seus laços familiares merecem do autor a maior atenção.

Não foi, porém, apenas o imperador que ganhou jus a ocupar elevadas funções (neste caso, até as mais elevadas!): Cármén Castillo García ocupa-se de *Antonius Iulianus*, que foi *rhetor* ilustre «na Roma de Marco Aurélio» (p. 221-226). O problema que se lhe

pôs foi o de identificar com alguma certeza a personagem mencionada em escritos da época. E Carmen Castillo conclui, baseando-se inclusive na forma como a ele se alude, que «el amigo de Frontón y del Emperador es el mismo que el *rhétor* de origen hispano amigo de Aulo Gelio» (p. 226). Mais uma promoção, portanto, neste caso num domínio de grande valia: o cultural.

Isabel Salcedo de Prado (Universidade de Sevilha) optou por abordar o tema em sentido inverso: partiu da cúria romana para a cúria local, debruçando-se sobre o caso dos *Mevii* (p. 227-241). O cenário é a cidade africana de *Lambaesis* e a análise centra-se sobre as origens sociais da família dos *Mevii-Aevii*, elite senatorial da cidade, bem como da sua descendência, os *Pompeii-Mevii*, um caso, no dizer da autora, «singular, paradigmático e exemplar». Na verdade, as informações epigráficas acabam por permitir traçar a prosopografia dos componentes das três famílias, pondo a nu as alianças feitas, nomeadamente através do estabelecimento de oportunos laços matrimoniais, potenciadores de influência e geradores de novas oportunidades.

Juan Francisco Rodríguez Neila e Enrique Melchor Gil, investigadores da Universidade de Córdoba que amplamente se têm dedicado às questões da orgânica municipal, aproveitaram o ensejo para informarem das conclusões a que chegaram no que concerne — com especial referência ao caso hispânico — aos procedimentos jurídicos de integração e vinculação honorífica por parte das *ordines decurionum* (p. 243-270). Impunha-se, pois, neste âmbito uma análise do significado de termos como *legere*, *sublegere* e *cooptare* — assim como dos substantivos que lhes correspondem: *lectio*, *sublectio*, *cooptatio*. Também a *adlectio* é motivo de reflexão, por se tratar de um estratagema para admitir na *ordo decurionum* quantos, afinal, não detinham os necessários requisitos para tal; aliás, também a concessão de *ornamenta* ia no mesmo

sentido, revestindo tão-somente o carácter de ‘simple decoración cívica’. Situamo-nos, pois, no quadro das pequenas comunidades, onde, naturalmente, também as necessidades de inclusão e os sinais de pertença careciam de estar presentes.

Mantendo-nos nesse patamar local, acrescente-se o depoimento de Antonio D. Pérez-Zurita, igualmente da Universidade de Córdoba, a esmiuçar a mobilidade e as categorias passíveis de encontrar nessas *ordines decurionum* (p. 271-287), objectivo não desprovido de dificuldades metodológicas, sobretudo atendendo à escassez de informações veiculadas, por exemplo, pelas fontes epigráficas.

Não poderia faltar uma atenção particular ao que se passava com o sacerdócio ligado ao culto imperial, pela importância social que detinha. Pergunta, pois, Marietta Horster, da Universidade de Mogúncia, se será possível estabelecer uma hierarquização nas carreiras sacerdotais de que há notícia nas cidades do Império Romano do Ocidente (p. 289-310). Recorda, por exemplo, que há uma diferença importante entre o exercício do flaminato, enquanto sacerdócio ligado ao culto imperial, que tinha a duração de um ano, e o de outros sacerdócios (*augures*, *pontífices*...), que inclusive poderia revestir carácter vitalício. Baseia-se a autora nas informações epigráficas a que teve acesso; no que concerne à Lusitânia, é apenas citado o trabalho, já clássico, de J.A. Delgado datado do ano 2000 (*Conimbriga* 39, p. 107-152) e estamos cientes de que, dentro em pouco, também outros estudos levados a efeito nesse domínio poderão vir a ser referidos.

Não poderemos garantir que — no quadro que se está traçando da relação entre o centro e a periferia, entre a cúria central e as cúrias provinciais — um dia se atingiu o cume; houve, certamente, altos e baixos, momentos de maior ou de menor aproximação; contudo, como muito bem

frisa a investigadora da Universidade de Zaragoza, María Victoria Escribano Paño (p. 311-331), deve considerar-se deveras notável a proeminência alcançada no domínio legislativo pelo hispano *Maternus Cynegius* na corte do imperador Teodósio, pois bastas leis foram por ele meticulosamente preparadas, dando provas de grande sagacidade e de oportuna conveniência política ao serviço da paz social, despida (*verbi gratia*) de qualquer fanatismo religioso, prezando acima de tudo a tradicional convivência entre a *pietas* e a *salus imperii*.

Encaminha-nos Luis A. García Moreno, de la Real Academia de la Historia, para outro horizonte cronológico (os primórdios do século VIII) e uma outra idade (a dita Idade Média), interrogando-se e procurando responder acerca do futuro que teve a nobreza goda sob domínio do Islão (p. 333-362). Um já esperado ocaso, sem dúvida, mas que registou, aqui e além, alguma complacência e um certo efectivo poder.

E assim entramos decisivamente na Idade Média, mediante o estudo levado a cabo por Rafael Sánchez Saus, da Universidade de Cádiz, acerca das «oligarquias urbanas na Baixa Idade Média» (séculos XIV e XV), considerando um processo que adequadamente designa de passagem de uma «elite funcional» a uma «nobreza de sangue» (p. 363-371), em que avulta a mudança verificada na «geração de 1370». Recorde-se que se está, então, a nível da Península Ibérica pelo menos, num amplo processo de viragem: a um paulatino abandono da agricultura em prol da actividade mercantil vai corresponder o aparecimento do que poderíamos chamar de «burguesia»,

os homens dos mesteres, obrigando, por isso, a nobreza a fazer valer os seus pergaminhos e a adoptar procedimentos demonstrativos da sua superioridade. Refere Rafael Sánchez a casa-palácio, a presença (por vezes) de uma torre urbana, em suma, «la adopción de un tren de vida caracterizado por el ocio noble» (p. 368).

Evoca ainda Fernando Betancourt-Serna, da Universidade de Sevilha, a personalidade e a obra de D. Antonio de Nebrija (1444-1522), «jurista del *utrumque ius*», relacionando-o com os estudos jurídicos então em curso nas faculdades de Cânones e de Leis (p. 373-388). Analisa María del Rosario Rodríguez Díaz, igualmente da Universidade de Sevilha, os dossiês económicos de uma minoria burguesa hispalense, que detém relevante papel na estrutura produtiva da cidade e da sua província (p. 389-407). Empresas de tipo familiar, em que se privilegiam tónicas como o trabalho, a persistência, o risco, o aforro e o investimento, e em que o estatuto económico elevado acaba por se traduzir também num «capital social, cultural e simbólico». No fundo, tantos séculos volvidos, o mesmo mecanismo a dar os seus frutos e a desempenhar o seu papel na sociedade.

Termina o volume por uma bibliografia conjunta (p. 409-443), que dá, assim, uma boa perspectiva da pesquisa levada a cabo por todos e cada um dos investigadores presentes neste bem sugestivo volume: sugestivo e inovador pela problemática abordada, sugestivo também pela amplidão cronológica abarcada.

José d'Encarnação

Antonio IBBA, *Ex oppidis et mapalibus. Studi sulle città e le campagne dell'Africa romana* (Roma e i provinciali/1), Ortacesus (CA), Sandhi edizioni, 2012, 184 pp. ISBN: 9788897786061.

Il primo volume della serie «Roma e i provinciali» raccoglie cinque saggi elaborati tra il

2009 e il 2012 da Antonio Ibba, singolarmente o in collaborazione con Attilio Mastino e